

800 QUESTÕES

FGV



CADERNO DE TREINAMENTO



QUESTÕES GABARITADAS



DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



FGV

800 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	33

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	28

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	31

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	32

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	30

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	31

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	35

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	33

SUMÁRIO



1. (FGV - 2026)

A língua portuguesa contém vocábulos com três acentuações tônicas: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.

Entre as opções abaixo, assinale aquela que mostra dois vocábulos com idêntica acentuação tônica (as palavras estão propositalmente sem acentos gráficos).

- (A) interim / decano.
- (B) prototipo / gratuito.
- (C) pesames / carater.
- (D) filantropo / maquinaria.
- (E) hipodromo / futil.

2. (FGV - 2024)

Em cada opção abaixo há duas palavras, propositalmente sem os acentos gráficos.

Assinale a opção em que os dois vocábulos mostram acentuação tônica diferente.

- (A) interim / prototipo.
- (B) orgão / ponei.
- (C) decano / orfão.
- (D) rubrica / extase.
- (E) onibus / alibi.

3. (FGV - 2026)

A substantivação é um processo sintático de transformar outras classes de palavras em substantivos.

A frase em que isso **NÃO** ocorre é:

- (A) “O silêncio não era completo; ouvia-se o rodar de carros que passavam fora.” (*A Mão e a Luva*)
- (B) “O proceder de Luís Alves, sóbrio, direto, sem desfalecimentos, fazia perceber à moça que ele nascera para vencer.” (*A Mão e a Luva*)
- (C) “Estácio gostava de lhe ver o airoso do busto e a firme serenidade com que ela conduzia o animal.” (*Helena*)
- (D) “Apertei-lhes a mão e saí, a rir comigo da superstição das duas mulheres, um rir filosófico, desinteressado, superior.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (E) “Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia.” (*Iaiá Garcia*)

4. (FGV - 2024)

As opções abaixo mostram um vocábulo e sua forma de plural correspondente. Assinale a opção em que a forma de plural está correta.

- (A) Cidadão / cidadãos.
- (B) Corrimão / corrimães.

**1. (FGV - 2025)**

Um perito criminal está investigando o furto, sem arrombamento, do conteúdo em um cofre que bloqueia automaticamente a sua abertura após três tentativas incorretas e consecutivas de se digitar a senha. A perícia indica que o suspeito tinha um conjunto de 10 sequências possíveis de dígitos no momento do sinistro, sendo apenas uma a senha correta. O perito supõe que o suspeito não tinha qualquer preferência entre as sequências que detinha e, por essa razão, todas teriam a mesma probabilidade de serem escolhidas. Com base nessas informações e sabendo-se que uma sequência, uma vez utilizada, foi descartada de novas escolhas, antes de o suspeito fazer qualquer tentativa, a probabilidade de ele conseguir abrir o cofre, antes do bloqueio, por meio da senha correta era

- (A) 8,1%.
- (B) 25,0%.
- (C) 27,1%.
- (D) 30,0%.
- (E) 32,1%.

2. (FGV - 2025)

Uma caixa contém seis bolas brancas e quatro bolas azuis, todas de mesmo tamanho.

Se sortearmos ao acaso 3 dessas bolas, sem reposição, a probabilidade de que todas sejam brancas é igual a

- (A) $1/3$.
- (B) $1/4$.
- (C) $1/5$.
- (D) $1/6$.

3. (FGV - 2025)

Em uma caixa há determinada quantidade de bolas, que têm cor única: ou a bola é preta ou é branca. A quantidade de bolas brancas está para a quantidade de bolas pretas, assim como 2 está para 3.

Se adicionarmos a essas bolas uma nova bola branca e uma nova bola preta, a probabilidade de que uma bola sorteada ao acaso seja branca passa a ser de $\frac{13}{32}$.

É correto concluir que, antes da inclusão das duas bolas, a quantidade de bolas pretas superava a quantidade de brancas em

- (A) 5 unidades.
- (B) 6 unidades.
- (C) 7 unidades.
- (D) 8 unidades.
- (E) 9 unidades.



1. (FGV - 2026)

Amanda, uma técnica mecânica, está elaborando um relatório técnico no Microsoft Word sobre análise Preditiva de Falhas em componentes hidráulicos. O documento possui dezenas de páginas, múltiplos capítulos e subseções com especificações técnicas detalhadas.

Analise as afirmações a seguir, que descrevem os procedimentos de formatação que Amanda deve realizar:

I. Amanda formatou o primeiro subtítulo (3.1 Análise de Vibração) com fonte Arial 12, negrito, e um espaçamento de parágrafo de 6 pt Depois. Para aplicar essa exata formatação em todos os outros subtítulos (3.2, 3.3, 4.1, etc.), a ferramenta Pincel de Formatação é a mais eficiente, pois permite copiar e aplicar, simultaneamente, tanto as formatações de fonte (Arial, 12, negrito) quanto as de parágrafo (espaçamento 6 pt Depois).

II. Para que todos os capítulos principais (ex: 1. INTRODUÇÃO, 2. METODOLOGIA), que usam o estilo Título 1, comecem obrigatoriamente no topo de uma nova página, a ação correta é modificar a formatação de parágrafo do próprio estilo Título 1 e, na aba Quebras de Linha e de Página, marcar a opção Quebra de página antes.

III. Ao ajustar o alinhamento do texto para Justificado, aplicar espaçamento entre linhas de 1,5, alterar o estilo para itálico, mudar a cor da fonte para azul e definir tamanho 11, Amanda está usando a função de formatação de parágrafo.

É **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

2. (FGV - 2026)

Um Analista Legislativo da ALE-RO precisa enviar uma correspondência oficial para 50 destinatários diferentes. Ele possui um documento base no MS Word 365 (BR) (carta-padrão) e uma lista no Excel com os nomes, cargos e endereços dos destinatários. Ele quer automatizar a criação de 50 cartas personalizadas, uma para cada pessoa da lista, sem ter que copiar e colar manualmente cada informação.

Nesse caso, o recurso do MS Word 365 (BR) que deve ser utilizado para realizar essa tarefa de forma automatizada, mesclando dados do Excel com um documento base, é

- (A) “Controlar Alterações”, na guia Revisão.
- (B) “Comparar”, na guia Revisão.
- (C) “Iniciar Mala Direta”, na guia Correspondência.
- (D) “Modelo de Documento”, na guia Arquivo > Salvar Como
- (E) “Inserir Objeto”, na guia Inserir > Objeto.

**1. (FGV - 2025)**

João, cientista político, ao analisar as características do Estado de Direito Alfa, constatou que se trata de unidade existencial que apregoa uma concepção de máximo desenvolvimento material, ainda que redunde em sacrifício da liberdade individual.

Ao analisar a referida característica à luz da finalidade do Estado, João concluiu corretamente que se está perante fins

- (A) limitados.
- (B) subjetivos
- (C) descritivos.
- (D) expansivos.
- (E) dogmáticos.

2. (FGV - 2022)

Acerca das normas jurídicas, avalie as afirmativas a seguir.

I. No Estado de Direito, as normas jurídicas cumprem a tarefa de concretizar a Constituição.

II. As normas jurídicas devem criar os fundamentos de justiça e de segurança que assegurem um desenvolvimento social harmônico em um contexto de paz e de liberdade.

III. Os complexos objetivos da norma jurídica são expressos nas funções de integração, de planificação, de proteção, de regulação e de inovação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. (FGV - 2024)

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das majorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.



1. (FGV - 2025)

Leia o caso a seguir.

Um órgão público estadual necessitou contratar uma consultoria para a elaboração de um relatório técnico acerca da aplicação de recursos em projetos sociais. Para tanto, o edital da licitação foi amplamente divulgado, possibilitando que diversos interessados apresentassem suas propostas. Diante do elevado número de participantes, a seleção dos licitantes precisou se restringir aos critérios previamente estabelecidos no edital, sendo todas as decisões conduzidas em conformidade com normas e procedimentos regulamentares. Contudo, posteriormente o Tribunal de Contas do Estado verificou que a administração optou por uma consultoria de custo elevado e com metodologia inadequada, resultando na produção de um relatório de limitada utilidade e ocasionando desperdício de recursos públicos.

Com base na análise do caso, assinale a afirmativa que indica corretamente o princípio da administração pública que foi desrespeitado.

- (A) Eficiência.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Moralidade.
- (E) Publicidade.

2. (FGV - 2024)

Leia atentamente o trecho de texto a seguir, que se refere a um dos princípios do Direito Administrativo:

“a conduta da Administração Pública deve ser pautada no interesse da coletividade, isto é, não deve visar a quem beneficiar ou prejudicar, uma vez que todos devem ser olhados de forma igual, não sendo possível deste modo qualquer tipo de discriminação”

Este princípio é o de

- (A) publicidade.
- (B) moralidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) motivação.
- (E) Razoabilidade.

3. (FGV - 2024)

A Administração Pública respeitará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência. Dos princípios constitucionais elencados na Constituição Federal, destaca-se o princípio da “eficiência”, que sustenta o caráter implícito do direito fundamental à Boa Administração.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da eficiência apresenta, entre outros aspectos, um que pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados em prol do bem comum.

**1. (FGV - 2026)**

Leia o fragmento a seguir.

Com relação ao método ABC, amplamente utilizado na gestão de estoques para classificar itens conforme sua importância econômica, em regra, a classe A é composta por itens que representam cerca de _____ do valor do estoque está concentrado em aproximadamente _____ dos itens.

Assinale a opção preenche corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) 90% – 5%.
- (B) 80% – 10%.
- (C) 80% – 20%.
- (D) 70% – 20%.
- (E) 50% – 20%.

2. (FGV - 2025)

Sobre os atributos essenciais de um sistema eficiente de classificação de materiais, analise as afirmativas a seguir.

I. Abrangência é a capacidade do sistema incluir, de forma consistente, diferentes categorias, características e especificidades dos materiais.

II. Flexibilidade é a característica que garante que o sistema seja fácil de entender, implementar e utilizar no dia a dia.

III. Praticidade permite que o sistema de classificação se adapte a mudanças e novas necessidades, como a introdução de novos materiais, tecnologias ou alterações nas práticas do mercado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. (FGV - 2025)

Considerando a classificação de um bem como permanente ou de consumo, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.

() Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

() Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a três anos.



1. (FGV - 2025)

Sobre a criminalização de condutas e a correlação com a teoria do bem jurídico, bem como com os demais princípios aplicáveis, é correto afirmar que:

- (A) o princípio da proteção penal do bem jurídico está materialmente implícito na Constituição da República, a partir da garantia da inafastabilidade da jurisdição;
- (B) o crime de redução à condição análoga à de escravo pressupõe uma restrição da liberdade ou alguma forma coativa de ação, pois, se houver consentimento do trabalhador com as condições degradantes, pelo princípio *volenti non fit iniuria*, afasta-se a ilicitude do fato;
- (C) o paternalismo é rechaçado pelo direito penal brasileiro, firme na concepção de um direito penal fragmentário e consentâneo com liberdades individuais, impedindo-se o Estado de intervir na vontade de pessoas maiores e capazes;
- (D) apenas é legítima a punição da instigação e do auxílio quando houver uma conduta típica praticada pelo executor da ação; sem isso, não se consideram ofendidos bens jurídicos relevantes;
- (E) o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade da contravenção penal de vadiagem, se fundamentou na violação do princípio constitucional da culpabilidade, pois esse delito se baseia em uma ideia de direito penal do autor.

2. (FGV - 2024)

Em relação à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que

- (A) a lei penal mais branda não retroage no caso de crime permanente ou continuado.
- (B) a lei penal posterior, benéfica para o réu, não pode ser aplicada se o processo já estiver na fase de execução da condenação.
- (C) a lei penal superveniente mais rigorosa retroage apenas em caso de reincidência.
- (D) a lei penal posterior retroage desde que seja benéfica para o réu, mesmo já tendo sido prolatada a decisão condenatória transitada em julgado.
- (E) a lei penal temporária ou excepcional sempre será revogada pela legislação posterior.

3. (FGV - 2022)

Sobre o chamado “direito penal transitório”, houve quebra do princípio da continuidade normativo-típica, com a consequente *abolitio criminis* por meio da revogação de um tipo penal no caso de:

- (A) apropriação indébita previdenciária;
- (B) crimes contra a honra praticados por meio da imprensa;
- (C) rapto violento ou mediante fraude;
- (D) crimes contra a propriedade industrial;
- (E) roubo majorado pelo emprego de arma branca.



1. (FGV - 2024)

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é **correto** afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. (FGV - 2022)

Durante a realização de abordagem, guarnição composta por dois policiais militares do Batalhão de Polícia Rodoviária, no posto da Via Lagos, logrou identificar quatro agentes que transportavam em seu veículo expressiva quantidade de cocaína, acondicionada em tabletes, bem como, no forro do veículo, armas de fogo escondidas. Os abordados não ofereceram resistência ou se opuseram às ordens policiais. Os policiais militares, no entanto, efetuaram a algemação dos capturados, procedendo ao seu transporte até a unidade de Polícia Judiciária de plantão.

O uso das algemas, no presente caso, é:

- (A) ilegal, diante da ausência de resistência ou oferecimento de risco concreto à guarnição;
- (B) legal, diante do risco à integridade física dos policiais e de terceiros;
- (C) ilegal, diante da ausência de qualquer oposição às ordens policiais;
- (D) legal, diante do exercício regular do direito, decorrente da operação policial executada;
- (E) ilegal, diante da ausência de justificação, por escrito, da necessidade da aplicação da contenção.



1. (FGV - 2025)

Analise os episódios a seguir.

Rafaela, com 17 anos, casou-se civilmente com o consentimento de seus pais. Dois anos depois do matrimônio, aos 19 anos, colocou grau em curso superior tecnológico.

Seu irmão Caio, de 16 anos, exerce atividade remunerada como programador júnior em uma empresa privada e possui conta bancária própria, em que recebe e administra seus rendimentos.

O pai de ambos, Henrique, desapareceu durante um desastre aéreo em alto-mar, sem que o corpo fosse encontrado, apesar das buscas oficiais.

A respeito dos episódios relatados, com base no Código Civil, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Rafaela adquiriu plena capacidade civil apenas ao atingir 18 anos, sendo o casamento e a colação de grau civilmente irrelevantes para antecipar sua capacidade.
- (B) Caio é absolutamente incapaz, só podendo celebrar contratos com a autorização expressa dos pais.
- (C) Rafaela tornou-se plenamente capaz no momento do casamento, hipótese legal de cessação da incapacidade, e Caio poderá ser considerado emancipado se comprovar economia própria em decorrência de seu trabalho.
- (D) Henrique poderá ser declarado morto presumidamente apenas após o decurso de dois anos, independentemente de prévias buscas ou averiguações.
- (E) Caso Henrique seja declarado morto presumidamente, os efeitos jurídicos da sentença retroagirão automaticamente à data do desaparecimento, dispensando fixação judicial da data provável do falecimento.

2. (FGV - 2024)

A emancipação daquele com 16 anos completos dependerá de autorização judicial e registro público quando decorrer:

- (A) da concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público;
- (B) da colação de grau em curso de ensino superior;
- (C) do exercício de emprego público efetivo;
- (D) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria;
- (E) da concessão pelo tutor.

3. (FGV - 2024)

Lúcia de 45 anos e Cláudio de 53 anos, juntamente com seus filhos, Henrique de 23 anos, Lucas de 19 anos e Pedro de 15 anos, ao retornarem de uma viagem pelo litoral, se envolveram em grave acidente, envolvendo o carro da família e uma minivan que transportava 7 passageiros.

O acidente resultou na morte simultânea de Lúcia e de Cláudio e de um jovem casal que estava na minivan. Ainda em razão do acidente, Lucas encontra-se em coma hospitalar e Henrique e Pedro sofreram apenas ferimentos leves.

Diante das consequências do acidente, Henrique requereu e foi deferida a guarda de Pedro e a curatela de Lucas. Passado cerca de um ano do acidente, Pedro manifesta o desejo de ser emancipado.



1. (FGV - 2024)

João ajuizou ação indenizatória contra Pedro, pleiteando a condenação deste último ao pagamento de indenização por danos morais. Finda a fase instrutória, o juiz proferiu sentença fundamentada em documentos apresentados por João em relação aos quais não foi dada a oportunidade a Pedro para se manifestar. Em razão disso, Pedro interpôs recurso de apelação, sustentando ter havido a violação a uma norma fundamental do processo civil. Com base no caso acima, a seguinte norma fundamental foi violada pela sentença:

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio do contraditório.
- (C) Princípio da proteção à coisa julgada material.
- (D) Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado.
- (E) Princípio da imparcialidade.

2. (FGV - 2023)

A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis ao Processo Civil, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O juiz pode decidir em primeiro grau com base em fundamento fático que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar.
- (B) A ampla defesa torna obrigatória a assistência por advogado em todo e qualquer processo, com o que o caso dos processos administrativos disciplinares e *habeas corpus*.
- (C) Diversamente dos princípios do contraditório e da ampla defesa, o devido processo legal não é exigido nos processos administrativos, os quais obedecem à inquisitorialidade.
- (D) O princípio do juiz natural veda a criação de juízes e tribunais de exceção, sem exigir, todavia, que as regras a respeito da fixação de competência sejam anteriores ao ajuizamento da ação.
- (E) O contraditório pode ser diferido em situações excepcionais, presentes razões relevantes que assim justifiquem e em ponderação com outros interesses, sem ofensa à efetividade de tal direito.

3. (FGV - 2023)

Conceitualmente, a ação é o direito público, autônomo, subjetivo e abstrato à tutela jurisdicional. Outrossim, dado o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no Art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, nenhuma ameaça ou lesão a direito ficará imune à apreciação do Poder Judiciário.

Sobre o direito de ação, o acesso à justiça e os pressupostos processuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em razão de sua natureza absoluta, o exercício abusivo do direito de ação não autoriza a responsabilização do litigante que agir dolosa e abusivamente com vistas a prejudicar a parte adversa.
- (B) Verificada a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, o juiz deverá extinguir o processo com resolução do mérito.
- (C) A inafastabilidade de jurisdição impede a criação de óbices legais ou jurisprudenciais à submissão de determinada matéria ao Poder Judiciário em todo e qualquer caso, como é a hipótese das questões desportivas e das ações previdenciárias.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!